

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Randon S.A. Implementos e Participações (“Companhia”), constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (RAPT3 e RAPT4), tem por objeto: a) industrialização, comércio, importação e exportação de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; industrialização de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo; b) participação no capital social de outras sociedades; c) administração de bens móveis e imóveis próprios; d) transporte rodoviário de cargas; e) prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividades. A Companhia, com sede na Avenida Abramo Randon nº 770, Bairro Interlagos - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, na Argentina, no Chile, no México, na China, nos Emirados Árabes Unidos, na Alemanha, nos Estados Unidos e na África do Sul.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 04 de Março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentadas abaixo:

			Percentual de participação			
			31/12/2015		31/12/2014	
	Objeto Social	País-sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Randon Argentina S.A. (a)	Fabricação e comércio de implementos rodoviários	Argentina	94,99	5,01	94,99	5,01
Randon Automotive Ltda. (a)	Representação e comércio de implementos rodoviários	África do Sul	100	-	100	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.(b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b)	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	Brasil	99,57	-	99,57	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(b)	Fundição de ferro e aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
Randon Investimentos Ltda.(b)	Holding de instituição financeira	Brasil	99,99	-	99,99	-
Fras-le S.A.(b)	Fabricação de peças e acessórios para sistema de freios de veículos automotores	Brasil	50,00	-	46,31	-
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	6	94	6	94
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças	EUA	-	100	-	100
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	-	99,99	-	99,99
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	-	100	-	100
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	-	100	-	100
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	-	99,66	-	99,66
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited(a)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	-	100	-	100
Freios Controil Ltda. (d)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	99,99	-	99,99
Fras-le Middle East (c)	Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	-	100	-	100

(a) Empresa controlada no exterior.

(b) Empresa controlada no país.

(c) Empresa controlada no exterior com o controle direto retido pela Fras-Le S.A..

(d) Empresa da controlada com o controle direto retido pela Fras-le S.A no país.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

c. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

d. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

e. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está demonstrada abaixo:

Controladas	Moeda Funcional
Randon Argentina S.A.	Peso Argentino
Randon Automotive Ltda.	Rand
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Real
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Master Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Real
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	Real
Randon Investimentos Ltda.	Real
Fras-le S.A.	Real
Fras-le Argentina S.A.	Peso Argentino
Fras-le North America, Inc.	Dólar Americano
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Peso Chileno
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda.	Yuan
Fras-le México S de RL de CV	Peso Mexicano
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rand
Freios Controil Ltda.	Real
Fras-le Middle East	Dhiram

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja

criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

a.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

b. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar. Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa.

c. *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedge de Fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

d. Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

e. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Cotas de consórcio

Avaliados pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio, até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

3.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.10 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o, exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	49 anos	2,0	43 anos	2,3
Máquinas e equipamentos	15 anos	6,7	14 anos	7,1
Moldes	8 anos	12,5	9 anos	11,1
Veículos	10 anos	10,0	8 anos	12,5
Móveis e utensílios	13 anos	7,7	13 anos	7,7
Equipamentos de tecnologia	4 anos	25,0	6 anos	16,7
Direito uso subestação	-	-	24 anos	4,2

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.11 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- o software pode ser vendido ou usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c. *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d. *Amortização*

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.12 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.13 *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. *Imposto corrente*

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.14 Benefícios de pensão pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

3.15 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 25). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.16 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

3.17 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.18 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3.19 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.20 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 16** - Provisão para Litígios

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 12** - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários
- **Nota 28** - Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 21.

b. Benefícios de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 12.

c. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

d. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicáveis, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

- *IFRS 9*, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o *IFRS 9* introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS 9* traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a Administração usa para fins de gestão do risco. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação desta norma.
- *IFRS 15*, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.
- *IFRS 16*, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	870	2.094	29.249	23.308
Numerários em trânsito (a)	30.540	52.586	54.364	77.328
Aplicações financeiras (b)	843.147	795.399	1.244.791	1.257.454
	874.557	850.079	1.328.404	1.358.090

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira no exterior, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 104% (90% a 105% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) .

A exposição a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 28.

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e em moeda estrangeira (USD) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicação	Remuneração				
CDB e Operações Compromissadas (Debentures)	75% a 104% do CDI	353.455	128.480	374.229	134.550
	100% do CDI	-	-	29.544	22.142
Total		353.455	128.480	403.773	156.692
(-) Circulante		268.898	36.736	403.773	156.692
Não circulante		84.557	91.744	-	-

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
No País	257.687	204.841	716.109	754.038
- De terceiros	252.603	198.666	716.109	754.038
- Partes relacionadas	4.410	5.447	-	-
- Vendor	674	728	-	-
No exterior	59.759	47.786	134.013	113.102
- De terceiros	50.631	39.239	134.013	113.102
- De partes relacionadas	9.128	8.547	-	-
	317.446	252.627	850.122	867.140
Menos:				
- Ajuste a valor presente	(2.168)	(1.658)	(3.509)	(2.311)
- Provisão para devedores				
Duvidosos	(16.967)	(16.411)	(41.046)	(27.425)
Total	298.311	234.558	805.566	837.404
(-) Circulante	298.311	234.558	624.794	618.132
Não circulante	-	-	180.772	219.272

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os prazos médios de recebimentos para o mercado interno são de 137 e 96 dias, respectivamente, e para o mercado externo 49 e 65 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(16.411)	(14.745)	(27.425)	(23.896)
Adições	(3.824)	(7.160)	(19.229)	(17.843)
Baixa/realizações	3.268	5.494	5.608	14.314
Saldo no final do exercício	(16.967)	(16.411)	(41.046)	(27.425)

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	153.847	157.550	638.483	701.933
De 1 a 30 dias	111.583	65.979	132.988	121.149
De 31 a 60 dias	17.062	6.671	29.703	12.157
De 61 a 90 dias	9.374	4.156	14.993	6.201
De 91 a 180 dias	11.521	784	14.284	3.089
Acima de 181 dias	14.059	17.487	19.671	22.611
Total	317.446	252.627	850.122	867.140

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 28.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	39.556	39.472	178.615	172.661
Produtos em elaboração	92.686	92.511	122.754	131.470
Matérias-primas	101.473	76.015	175.680	165.042
Material auxiliar e de manutenção	49.636	51.113	72.841	74.373
Adiantamentos a fornecedores	1.513	2.130	6.038	6.360
Importações em andamento	6.431	6.739	16.599	17.946
Provisão para perdas com estoques	(8.410)	(8.210)	(13.395)	(14.342)
	282.885	259.770	559.132	553.510

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(8.210)	(4.538)	(14.342)	(9.331)
Adições	(8.314)	(7.094)	(12.654)	(15.685)
Recuperações/ realizações	8.114	3.422	13.601	10.674
Saldo no final do exercício	(8.410)	(8.210)	(13.395)	(14.342)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS (a)	20.012	17.607	43.899	43.843
IPI (b)	22.464	37.187	23.416	39.615
IRPJ e CSLL (c)	61.687	63.383	77.019	82.558
COFINS (d)	12.492	10.062	18.328	17.121
PIS (d)	2.725	2.198	3.963	3.708
IVA (e)	-	-	18.116	24.276
Reintegra (f)	2.098	7.337	4.872	13.952
Outros	2.913	1.913	12.002	6.713
Total	124.391	139.687	201.615	231.786
(-) Circulante	103.220	127.109	168.025	203.924
Não circulante	21.171	12.578	33.590	27.862

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d. Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e. Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar pelas controladas Randon Argentina S.A. e Fraslé Argentina S.A. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra entre 6 e 18 meses.

f. Reintegra

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando da apuração de valores a pagar, relativamente a qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos:

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Ativo				Passivo		
	Contas a receber por vendas	Aplicações financeiras e outros	JSCP a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas	Mútuos a pagar
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	522	-	2.130	-	174	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	26	-	2.590	13.216	258	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	24	-	1.637	817	7	7	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	23	-	1.290	2.872	-	-	-
Fras-le S.A. (a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	213	-	2.544	732	297	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	148	-	1.843	117	15	-	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	3.432	-	-	-	128	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	4.907	-	-	-	-	58	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	140	-	-	-	-	6	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	266	-	-	-	-	5	-
Fras-le Argentina S.A.(b)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.841	-	-	97	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	1.061	-	-	97	-	-	-
Randon Argentina S.A.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	7.287	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	7.486	-	-	-	98	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	16	-	-	16.316	-	1	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	7	-	-	14.396	-	1	-
Banco Randon S.A.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	-	90.101	-	1.548	-	1	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	-	91.744	-	1.512	48	-	-
Outras partes relacionadas (c)							
Saldo 31 de dezembro de 2015	63	-	-	-	120	6	7.905
Saldo 31 de dezembro de 2014	70	17	-	-	19	68	10.195
Saldo 31 de dezembro de 2015	13.538	90.101	6.311	19.510	726	21	7.905
Saldo 31 de dezembro de 2014	13.994	91.761	5.723	32.210	438	132	10.195

(*) Não consolidado, o saldo de outras partes relacionadas foi de R\$ 9.736 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 12.122 em 31 de dezembro de 2014).

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras receitas	Outras despesas	Recebimentos	Pagamentos
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	2.605	67.686	6.876	355	24	4
Saldo 31 de dezembro de 2014	4.441	134.791	4.868	1.658	10	4
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	93	28.963	2.941	8	12	5
Saldo 31 de dezembro de 2014	11.525	48.497	3.064	-	75	50
Fras-le S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	4.916	10.964	9.896	3.464	23	4
Saldo 31 de dezembro de 2014	4.939	13.097	9.851	2.748	28	6
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	58.418	8.454	1.369	61	3	10
Saldo 31 de dezembro de 2014	161.777	3.122	977	85	10	23
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.558	38.013	782	636	55	2
Saldo 31 de dezembro de 2014	3.619	63.374	812	543	43	5
Freios Controil Ltda. (b)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	642	-	-	-	17	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	660	-	-	-	21	-
Randon Argentina S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	30.491	-	-	-	83	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	18.237	-	-	-	212	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.679	-	1.320	12	9	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	2.042	-	1.208	-	7	-
Banco Randon S.A. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	418	-	10.786	3.962	5	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	299	-	9.415	4.680	4	-
Randon Automotive Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	-	8.886	-	-	-	3
Saldo 31 de dezembro de 2014	-	1.881	-	-	-	30
Fras-le Argentina S.A. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	3.271	-	-	-	133	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	2.449	-	-	-	127	-
Outras partes relacionadas (c)						
Saldo 31 de dezembro de 2015	2	378	43	2.417	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2014	87	192	65	2.535	-	-
Total						
Saldo 31 de dezembro de 2015	104.093	163.344	34.013	10.915		
Saldo 31 de dezembro de 2014	210.075	264.954	30.260	12.249		

(a) Sociedade controlada direta e final da Companhia.

(b) Sociedade controlada pela Fras-le S.A.

(c) Outras partes relacionadas — saldos de mútuos a receber e a pagar mantidos junto a diretores, gerentes, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as operações de vendas com as empresas do grupo Arvin Meritor atingiram o montante, na Master Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 52.008 (R\$ 82.565 em 31 de dezembro de 2014), na Fras-Le S.A. e suas controladas de R\$ 143.617 (R\$ 34.718 em 31 de dezembro de 2014), na Randon S.A. Implementos e Participações e suas filiais de R\$23.818 (R\$ 15.926 em 31 de dezembro de 2014).

As operações de vendas com as empresas do grupo Jost Werke atingiram o montante, na Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda, de R\$ 895 (R\$ 1.159 em 31 de dezembro de 2014).

As transações comerciais praticadas com essas partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. O acordo comercial leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas, que não são comparáveis aos vendidos para partes não relacionadas.

Nas transações comerciais com vencimentos a prazo, a Companhia utiliza como taxa de juros o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é a mesma taxa de referência para as transações comerciais praticadas com terceiros. Para as transações comerciais com vencimento à vista não são praticados juros.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas definiram como pessoal chave: o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal, a diretoria não estatutária e os principais executivos das empresas controladas.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	22.476	21.400	31.979	31.586
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	877	955	1.381	1.405
Total	23.353	22.355	33.360	32.991

A Companhia não pagou ao seu pessoal chave da Administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2015 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço <i>corrente</i>	410	383	816	757
		608		
Custo dos juros sobre VPO	638		1.182	1.123
Receita de juros sobre ativos do plano	(1.044)	(852)	1.936	(1.576)
Juros sobre o superávit irrecuperável	368	162	685	301
	372	301	4.619	605
Custo de benefício definido no resultado				
	(581)	(1.737)	(905)	(3.116)
Rendimento real dos ativos do plano				
	(581)	(1.737)	(905)	(3.116)
Ativo (passivo) de benefícios				
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigação com benefícios definidos	(5.786)	(5.539)	(10.929)	(10.296)
Valor justo dos ativos do plano	8.279	8.707	15.638	16.186
Ajuste devido	(2.493)	(3.108)	(4.709)	(5.778)
	-	60	-	112
Ativo de benefícios				
	-	60	-	112

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2013	(5.025)	(9.299)
Custo de juros	(608)	(1.123)
Custo do serviço corrente	(383)	(757)
Benefícios pagos	236	335
Perdas atuariais sobre obrigações	242	548
	<hr/>	<hr/>
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2014	(5.538)	(10.296)
Custo de juros	(638)	(1.182)
Custo do serviço corrente	(435)	(840)
Benefícios pagos	287	454
Ganhos/Perdas atuariais sobre obrigações	538	935
	<hr/>	<hr/>
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2015	(5.786)	(10.929)
	<hr/>	<hr/>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	6.737	12.466
Retorno sobre o investimento	1.737	3.116
Contribuição do empregador	470	895
Benefícios pagos	(236)	(292)
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	8.708	16.185
Retorno sobre o investimento	(581)	(905)
Contribuição do empregador	420	811
Benefícios pagos	(287)	(454)
Valores transferidos	19	1
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	8.279	15.638
	<hr/>	<hr/>

A Companhia espera contribuir com R\$1.730 aos seus planos de previdência com benefício definido em 2016. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ações	1.976	2.240	3.733	4.163
Títulos	6.303	6.468	11.906	12.022
	<hr/>		<hr/>	
	8.279	8.708	15.639	16.185
	<hr/>		<hr/>	

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Taxa de desconto	12,75%	11,85%
Taxa de crescimento salarial	7,49%	7,83%
Taxa de crescimento de benefícios	5,00%	5,20%
Expectativa de vida de participantes recebendo renda vitalícia	26	25

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Contribuições esperadas para o exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2016 realizada pela empresa	521	989
Empresas	521	989
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016	404	700
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2025	5.833	11.764
	6.237	12.464
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante		
Participantes ativos	4.854	9.322
BPDs- Benefícios proporcionais diferidos	863	1.539
Aposentados	69	69
	5.786	10.930
Informações patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2015		
Renda variável	13%	24%
Renda fixa	77%	75%
Outros	10%	1%
	100%	100%
Resultado do exercício		
Custo de serviço corrente	337	696
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	(33)	(69)
	304	627

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2015:

Patrocinadora	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2015	1 p.p Aumento - Efeito no VPO	1 p.p Redução - Efeito no VPO
Randon S/A Implementos e Participações	5.787	(482)	560
Randon Implementos para o Transporte Ltda	744	(62)	72
Master Sistemas Automotivos Ltda	842	(70)	81
Randon Consórcios Ltda	141	(12)	14
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	345	(29)	33
Fras-le S.A.	2.934	(244)	284
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	90	(7)	9
Banco Randon S.A.	46	(4)	4
Total	10.929	(910)	1.057

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 13,75%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 11,75%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participação em controladas	778.533	763.653	-	-
Outros investimentos	2.406	2.464	2.956	3.233
Lucro não realizado nos estoques	(801)	(1.428)	-	-
Lucros não realizados em imóveis	(1.123)	(1.123)	-	-
Provisão para desvalorização dos investimentos mantidos ao custo	(883)	(883)	(1.308)	(1.514)
	778.132	762.683	1.648	1.719

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldos no início do exercício	762.683	774.431	1.719	1.719
Adições	17.539	-	1	-
Baixa outros investimentos	(58)	-	(72)	-
Equivalência patrimonial	39.833	90.137	-	-
Perda em investimento e ações em tesouraria	-	(6.183)	-	-
Variação cambial das investidas no exterior	5.082	(279)	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(35.768)	(46.881)	-	-
Baixas por incorporação	-	(43.369)	-	-
Avaliação Randonprev	(78)	(158)	-	-
Lucro não realizado nos estoques / imóveis	627	(1.571)	-	-
Resultado abrangente de controladas	(11.728)	(3.444)	-	-
Saldos no final do exercício	778.132	762.683	1.648	1.719

Movimentação dos saldos

	Fras-le S.A.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investimentos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	188.380	63.476	31.453	208.209	52.114	16.135	121.494	81.160	329	903	763.653
- Aquisição Investimentos	17.539	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.539
- Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(8.509)	(2.505)	(5.377)	-	(16.316)	-	-	(3.061)	-	-	(35.768)
- Ajustes acumulados de conversão	6.787	-	-	-	-	(1.630)	-	-	30	(105)	5.082
- Resultados abrangentes	(11.728)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.728)
- Avaliação Randonprev	(288)	(106)	(28)	376	(12)	-	(15)	(2)	-	-	(78)
- Equivalência patrimonial	23.481	4.042	5.748	(21.356)	16.316	4.203	(48)	6.516	624	307	39.833
Saldos em 31 de dezembro de 2015	215.662	64.907	31.796	187.226	52.102	18.708	121.431	84.613	983	1.105	778.533

Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos

Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia recebeu de controladas Juros Sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 13.762 (R\$ 10.683 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia recebeu dividendos de controladas no valor de R\$ 22.006 (R\$ 36.198 em 31 de dezembro de 2014).

***Randon S.A. Implementos e Participações**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Informações das investidas

	Fras-le S.A. (*)	Master Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (*)	Randon Investimentos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Controladora	
											31/12/2015	31/12/2014
Capital social	300.000	60.000	5.689	150.000	30.000	2.583	170.000	75.100	47	6.622		
Quantidade total de ações ou quotas da investida (em lotes de mil)												
- Ordinárias	124.974	-	-	-	-	4.882	-	-	-	14.099		
- Quotas	-	60.000	5.690	150.000	30.000	-	170.000	75.100	210	-		
Participação no capital social, no final do exercício - %	50,00	51,00	51,00	99,99	99,57	94,99	99,99	99,99	100	6		
Ativos	947.959	347.627	87.507	203.837	141.831	54.928	154.015	455.901	1.148	49.586		
Passivos	538.817	219.870	24.041	16.592	89.504	35.234	32.572	371.288	165	31.181		
Receita líquida	875.026	265.614	115.492	191.398	96.018	103.177	53.773	47.215	9.009	112.537		
Patrimônio líquido ajustado	432.142	127.757	63.466	187.245	52.327	19.694	121.443	84.614	983	18.405		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	52.153	7.979	10.656	(21.358)	16.387	4.425	(50)	6.517	624	5.120		
Ajustes acumulados de conversão	6.787	-	-	-	-	(1.630)	-	-	30	(105)	5.082	(279)
Equivalência patrimonial	23.481	4.042	5.748	(21.356)	16.316	4.203	(48)	6.516	624	307	39.833	90.137
Valor do investimento	215.662	64.907	31.796	187.226	52.102	18.708	121.431	84.613	983	1.105	778.533	763.653

Exclui lucros não realizados nos estoques: Fras-le S.A. (R\$ 411), Master Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 249), Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 572) e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (R\$ 3).

14 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de tecnologia	Veículos	Imobilizado em andamento	Importações em andamento e adiantamentos a	Total
							fornecedores	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	473.368	490.282	11.549	13.414	17.729	22.807	1.501	1.030.650
Aquisições	5.129	8.310	169	342	891	27.602	25.145	67.588
Baixas	(120)	(4.524)	(34)	(133)	(976)	(306)	-	(6.093)
Transferências	2.937	11.684	65	(35)	(957)	(17.118)	-	(3.424)
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	(652)	(652)
Saldo de abertura por incorporação de controlada	20.595	6.500	273	248	50	420	-	28.086
Saldos em 31 de dezembro de 2014	501.909	512.252	12.022	13.836	16.737	33.405	25.994	1.116.155
Aquisições	4.810	40.345	218	553	641	37.737	638	84.942
Baixas	(153)	(2.520)	(5)	(159)	(453)	(76)	-	(3.366)
Transferências	3.757	18.696	219	90	183	(933)	(22.836)	(824)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	510.323	568.773	12.454	14.320	17.108	70.133	3.796	1.196.907

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Depreciação e perda do valor recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e Moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de tecnologia	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(57.403)	(262.393)	(6.987)	(11.163)	(11.251)	-	-	(349.197)
Depreciação	(7.717)	(35.729)	(693)	(923)	(1.319)	-	-	(46.381)
Baixas	118	5.074	27	133	437	-	-	5.789
Transferências	170	1.242	-	94	1.272	-	-	2.778
Saldo de abertura por incorporação de controlada	(728)	(1.364)	(48)	(85)	(50)	-	-	(2.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(65.560)	(293.170)	(7.701)	(11.944)	(10.911)	-	-	(389.286)
Depreciação	(7.955)	(35.766)	(679)	(690)	(1.311)	-	-	(46.401)
Baixas	29	2.157	3	149	177	-	-	2.515
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(73.486)	(326.779)	(8.377)	(12.485)	(12.045)	-	-	(433.172)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	415.965	227.889	4.562	2.251	6.478	22.807	1.501	681.453
Saldos em 31 de dezembro de 2014	436.349	219.082	4.321	1.892	5.826	33.405	25.994	726.869
Saldos em 31 de dezembro de 2015	436.837	241.994	4.077	1.835	5.063	70.133	3.796	763.735

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	803.450	1.290.537	36.114	29.580	24.331	56.843	2.173	2.243.028
Aquisições	7.539	30.515	870	861	1.593	50.832	25.385	117.595
Baixas	(173)	(10.207)	(90)	(301)	(1.794)	(235)	(54)	(12.854)
Transferências/Reclassificação	4.574	28.132	186	(31)	(958)	(35.486)	(59)	(3.642)
Variação cambial	(770)	5.929	360	400	(21)	31	(653)	5.276
Saldos em 31 de dezembro de 2014	814.620	1.344.906	37.440	30.509	23.151	71.985	26.792	2.349.403
Aquisições	9.736	63.625	752	1.296	1.118	61.780	2.356	140.663
Baixas	(1.052)	(8.204)	(59)	(575)	(1.217)	(840)	-	(11.947)
Transferências/Reclassificação	4.416	40.599	535	356	183	(27.539)	(22.836)	(4.286)
Variação cambial	3.295	27.760	(72)	102	46	125	-	31.256
Saldos em 31 de dezembro de 2015	831.015	1.468.686	38.596	31.688	23.281	105.511	6.312	2.505.089
Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e Moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em Andamento	Importação em andamento e adiantamento a Fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(111.256)	(684.641)	(22.237)	(24.237)	(15.549)	-	-	(857.920)
Depreciação	(15.212)	(80.720)	(2.203)	(2.083)	(1.852)	-	-	(102.070)
Baixas	24	8.569	63	243	1.115	-	-	10.014
Transferência	170	1.242	-	94	1.272	-	-	2.778
Variação Cambial	166	(1.022)	20	14	20	-	-	(802)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(126.108)	(756.572)	(24.357)	(25.969)	(14.994)	-	-	(948.000)
Depreciação	(15.572)	(82.893)	(2.145)	(1.776)	(1.882)	-	-	(104.268)
Baixas	586	6.975	43	551	466	-	-	8.621
Transferência	933	(933)	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	(762)	(7.406)	(137)	(252)	(32)	-	-	(8.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(140.923)	(840.829)	(26.596)	(27.446)	(16.442)	-	-	(1.052.236)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	692.194	605.896	13.877	5.343	8.782	56.843	2.173	1.385.108
Saldos em 31 de dezembro de 2014	688.512	588.334	13.083	4.540	8.157	71.985	26.792	1.401.403
Saldos em 31 de dezembro de 2015	690.092	627.857	12.000	4.242	6.839	105.511	6.312	1.452.853

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Construções e benfeitorias em imóveis	54.018	19.411	55.955	27.547
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	15.801	10.431	46.376	34.143
Fabricação de ferramentas	314	3.563	3.180	10.295
	70.133	33.405	105.511	71.985

Custos de empréstimos capitalizados

No consolidado, o montante de custo de empréstimos capitalizados no exercício foi de R\$ 926 (R\$ 1.453 em 31 de dezembro de 2014). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,15% a.m. (0,17% a.m. em 2014), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 4.891 (R\$ 6.134 em 31 de dezembro de 2014).

Os ativos em construção serão registrados como “terrenos e prédios” após finalização da construção.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

15 Intangível

Controladora

Custo ou avaliação	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Software e Licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	202	766	99.156	100.124
Aquisições	-	410	3.242	3.652
Baixas	-	-	(477)	(477)
Transferências	-	(398)	1.044	646
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202	778	102.965	103.945
Aquisições	-	-	2.018	2.018
Transferências	-	(188)	1.012	824
Saldos em 31 de dezembro de 2015	202	590	105.995	106.787

Amortização e perda do valor recuperável

Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	(32.505)	(32.505)
Amortização	-	-	(11.358)	(11.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	(43.863)	(43.863)
Amortização	-	-	(12.515)	(12.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	(56.378)	(56.378)

Valor residual líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2013	202	766	66.651	67.619
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202	778	59.102	60.082
Saldos em 31 de dezembro de 2015	202	590	49.617	50.409

Consolidado

Custo ou avaliação	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Software e licenças	Direito de uso de subestação de energia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	227	1.151	165.081	13.749	180.208
Aquisições	-	594	6.648	-	7.242
Baixas	-	-	(552)	-	(552)
Variação cambial	-	-	73	-	73
Transferências	-	(771)	1.635	-	864
Saldos em 31 de dezembro de 2014	227	974	172.885	13.749	187.835
Aquisições	-	-	3.424	-	3.424
Baixas	-	-	(151)	-	(151)
Transferências	-	(250)	1.410	3.126	4.286
Variação cambial	-	85	357	-	442
Saldos em 31 de dezembro de 2015	227	809	177.925	16.875	195.836

Amortização e perda do valor recuperável

Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	(61.331)	(5.358)	(66.689)
Amortização	-	-	(18.587)	(394)	(18.981)
Baixas	-	-	66	-	66
Variação cambial	-	-	(49)	-	(49)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	(79.901)	(5.752)	(85.653)
Amortização	-	-	(19.712)	(668)	(20.380)
Baixas	-	-	22	-	22
Variação cambial	-	-	(198)	-	(198)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	(99.789)	(6.420)	(106.209)

Valor residual líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2013	227	1.151	103.750	8.391	113.519
Saldos em 31 de dezembro de 2014	227	974	92.984	7.997	102.182
Saldos em 31 de dezembro de 2015	227	809	78.136	10.455	89.627

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada entre 5 e 8 anos, direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

16 Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

O quadro a seguir demonstra, na data-base de 31 de dezembro de 2015, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo contingente	31/12/2015			31/12/2014			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2015	31/12/2014
a) cível	954	7.576	1.975	667	7.170	2.231	4	4
b) tributário	2.648	60.810	28.640	108	52.708	32.294	1.689	1.695
c) trabalhista	3.639	14.323	998	3.204	6.807	4.220	1.140	956
d) previdenciário	281	5.676	-	341	5.369	-	706	377
To Total:	7.522	88.385	31.613	4.320	72.054	38.745	3.539	3.032

Consolidado

Passivo contingente	31/12/2015			31/12/2014			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2015	31/12/2014
a) cível	969	22.224	1.975	667	14.499	2.231	6	6
b) tributário	4.249	123.287	41.958	694	107.776	140.757	8.440	8.438
c) trabalhista	9.805	38.629	3.772	6.795	23.869	14.314	3.187	2.856
d) previdenciário	961	8.962	1.603	785	8.820	1.524	1.124	1.198
Total:	15.984	193.102	49.308	8.941	154.964	158.826	12.757	12.498

- **Cível** - Representado por ações indenizatórias movidas, majoritariamente, por clientes contra a Companhia.
- **Tributário** - Representado por autuações federais que se encontram, em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a. **COFINS** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil pela compensação da COFINS com FINSOCIAL. Os créditos já foram compensados e a Companhia está buscando judicialmente o reconhecimento de tais compensações. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 9.554.
- b. **Compensação com base no saldo negativo de CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de CSLL apurados nos exercícios de 2004 e 2005. O valor do processo é de R\$ 2.890.
- c. **Compensação com base no saldo negativo de IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativamente ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ apurados nos exercícios de 2005 e 2006. O valor do processo é de R\$ 13.163.
- d. **Compensação com base no saldo negativo de IRPJ e CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em razão da não-homologação da compensação efetuada pela empresa de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no período de 1º de janeiro de 2003 a 30 de junho de 2003, em decorrência de evento de cisão parcial. O valor do processo é de R\$ 2.178.
- e. **IRPJ e CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativamente a suposto débito de IRPJ e CSLL decorrente de benefício fiscal relativo a crédito de juros sobre o capital próprio pago aos acionistas, apurado em valor excedente ao limite legal no ano calendário de 2007. O excesso refere-se a juros sobre o capital próprio reconhecidos no exercício de 2007, em relação ao ano base de 2003. Aguardando julgamento de Recurso. O valor do processo é de R\$ 6.346.
- f. **IPI** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativamente a não-homologação de compensações de Impostos Federais referente à compra de créditos de terceiros. Aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 4.620.
- g. **Compensação Créditos de Terceiros** - A Companhia está sendo executada pela Receita Federal relativamente a cobrança de créditos tributários oriundos de processos administrativos decorrentes de compensações de débitos com créditos de terceiros, processo está aguardando julgamento de recursos de apelação interpostos pelas partes contra sentença que julgou procedentes os embargos à execução fiscal. O valor do processo é de R\$ 12.114.
- h. **IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, referente à cobrança de débito em razão da não-homologação de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ, apurado no ano-calendário de 2004, com IRPJ apurado por estimativa no mês de fevereiro de 2005. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 4.856.
- i. **PDI - Incentivo a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico** - Glosa dos dispêndios considerados no cálculo do incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, pela Secretaria da Receita Federal, sob o argumento de que os dispêndios considerados pela Companhia não coadunam com P&D da Companhia (filial Suspensys), no valor de R\$ 6.112 e da controlada Jost, no valor de R\$ 2.495 . Processo está aguardando julgamento da impugnação apresentada.

- j. **ICMS - Pró-Cargas** - Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, referente a controlada Brantech, sob o argumento de que produtos não fabricados/produzidos no Estado de Santa Catarina não fazem jus ao benefício Pró-Cargas. Processo aguardando julgamento da impugnação apresentada. O valor do processo é de R\$ 4.493.
- k. **Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte** - A controlada Master Sistemas Automotivos Ltda foi autuada pela Receita Federal referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agenciamento de vendas e serviços. O processo está em andamento na esfera administrativa. O valor do processo é de R\$ 3.793.
- l. **Imposto de Importação** - A controlada Fras-le S.A. foi autuada pela Receita Federal, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06 de outubro de 2011, foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento, para cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda Nacional. O valor do processo é de R\$ 8.658.
- m. **Imposto de Renda e Contribuição Social** - A controlada Fras-le apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002, sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenções - realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 2.392 aguardando julgamento da manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia.
- n. **Contribuição Social referente a participação nos resultados dos gerentes e coordenadores** - A controlada Fras-le possui uma Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela objetivando a desconstituição dos Autos de Infração n.º 37.269.527-2 e 37.269.528-0, lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia em razão de suposta inobservância aos requisitos da lei n.º 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O valor do processo é R\$ 4.988.
- o. **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** - A Companhia (filial Suspensys), foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, no valor total de R\$ 7.081, decorrente de alegada irregularidade na determinação do benefício de redução de ICMS através do programa FUNDOPEM/Nosso Emprego. O valor inclui principal, multa e juros. Em 24 de janeiro de 2007, como resultado da impugnação apresentada pela Empresa, os cálculos do débito foram refeitos pela autoridade fiscal. O valor da causa foi reduzido, no exercício de 2008, em razão da sentença de ação anulatória realizada pela Empresa, sendo o novo valor atribuído a mesma de R\$ 4.074. Em dezembro de 2010, a autoridade autuante converteu a multa de ofício, inicialmente tipificada como básica, aplicada no percentual de 60%, para multa qualificada no percentual de 120%, gerando assim uma autuação complementar no valor de R\$ 623. O processo está na fase judicial.

- p. **Imposto de Importação e IPI** - Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia (filial Suspensys), no valor total atualizado de R\$ 9.285, e Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$ 1.844 sob a alegação de débito de II e IPI, relativo a atos concessórios previstos no regime especial do *Drawback*. Aguardando julgamento da manifestação de Inconformidade.
- q. **Crédito presumido de IPI** - Refere-se às notificações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., no ano de 2011, no valor total de R\$ 1.593, através das quais o fisco indeferiu o pedido de ressarcimento de crédito presumido feito pela Empresa e solicitou o pagamento do imposto correspondente. O valor inclui principal, multa e juros.
- r. **Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço** - Refere-se às autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, contra Companhia (filial Suspensys), no valor de R\$ 4.074, as controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$ 9.959, Jost Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$ 1.578 e Fras-le S.A., no valor de R\$ 2.064, através das quais o fisco constatou adjudicação do benefício fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. Os processos estão encerrados administrativamente. As controladas ingressaram com Ação Anulatória de Débito.
- s. **ICMS - Diferença de alíquota do ICMS** - Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo referente a controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda, decorre da diferença de alíquota do ICMS de 12% para 18%, no valor atualizado de R\$ 17.046, referente aos meses de junho, julho, agosto, setembro e dezembro de 2008 e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2009. A controlada ingressou com Ação Anulatória de Débito.
- t. **II - Imposto de Importação - Classificação Fiscal de Mercadoria** - Autuação emitida pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia (filial Suspensys), no valor atualizado de R\$ 2.464, na qual o fisco constatou suposto débito oriundo de recolhimento a menor de imposto de importação, em razão da alegada classificação incorreta na Nomenclatura Comum do Mercosul ("NCM").
- **Trabalhista** - diversas reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios.
- **Previdenciário** - Autuações do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) que se encontram em fase de julgamento na Receita Federal do Brasil, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujo valor atualizado da causa na Companhia (filial Suspensys) é de R\$ 5.783 , na controlada Master Sistemas Automotivos é de R\$ 2.225 e na controlada Jost Sistemas Automotivos é de R\$ 1.061 .

O demonstrativo, na data base 31 de dezembro de 2015, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Controladora

Ativo Contingente	31/12/2015			31/12/2014		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	6.284	19.396	1.123	6.214	15.074	1.031
(b) Previdenciário	164	5.842	22	3.488	3.242	22
(c)Tributário	1.384	7.940	74	21.590	29.448	148
Total	7.832	33.178	1.219	31.292	47.764	1.201

Consolidado

Ativo Contingente	31/12/2015			31/12/2014		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	7.211	25.232	1.123	7.905	21.134	1.031
(b) Previdenciário	164	5.842	22	3.488	3.242	22
(c)Tributário	24.081	20.292	104	43.207	43.973	383
Total	31.456	51.366	1.249	54.600	68.349	1.436

- a. Cível** - trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.
- b. Previdenciário** - trata-se de ações em que a Companhia e suas controladas buscam a redução das alíquotas relativas à contribuição para o Seguro de Acidente de Trabalho, em face dos enquadramentos de risco acidentário expedidos pelo Poder Executivo e ações que buscam a desobrigação da Companhia em relação à majoração da alíquota da Contribuição Social em favor do INSS, de 15% para 20%.
- c. Tributário** - representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Movimentação da provisão para litígios passivos

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Cíveis	667	287	-	954
Trabalhistas	3.204	439	-	3.643
Tributárias	108	2.536	-	2.644
Previdenciário	341	-	(60)	281
	4.320	3.262	(60)	7.522

Consolidado

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Cíveis	667	302	-	969
Trabalhistas	6.795	3.493	(483)	9.805
Tributárias	694	4.055	(500)	4.249
Previdenciário	785	236	(60)	961
	8.941	8.086	(1.043)	15.984

17 Empréstimos e Financiamentos

				Controladora		Consolidado	
	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a.	29/08/2017	-	-	426	150
FINAME	TJLP	2,5% a 9,50% a.a.	15/07/2016	302.301	67.720	302.301	82.628
FINEP	TJLP	3,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	14.984	14.434	20.292	19.020
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a 11,0% a.a.	20/04/2019	52.061	51.717	54.979	55.607
Incentivo fiscal — Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	3.604	1.553	9.249	4.912
	UMBNDDES						
BNDES	/ TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	45.700	59.309	72.809	100.794
BNDES	Taxa Fixa	5,50% a 8,0% a.a.	16/10/2017	111.080	1.027	178.696	2.568
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a.a	01/08/2020	13.586	11.241	13.586	11.241
	CETIP/CDI-						
Leasing	OVER	-	31/10/2017	1.264	1.264	1.859	1.871
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	15/10/2020	-	-	98.946	92.998
Captação no mercado aberto	TJLP	7,9% a 11,0% a.a	15/10/2020	-	-	5.407	9.066
Vendor	SELIC	3% a.a	11/12/2018	674	728	-	-
Moeda estrangeira:							
	Variação						
Financiamento	cambial +						
	Libor	3,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	108.186	59.354	167.155	105.917
	Variação						
Financiamento	Cambial	20,6% a.a	30/04/2018	-	-	7.758	14.422
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a 9,90% a.a	09/08/2019	-	-	4.025	5.108
	UMBNDDES /						
	Variação						
BNDES	Cambial	1,95% a 2,80 %a.a	15/01/2023	13.019	8.039	20.364	12.820
	Taxa fixa +						
	variação						
Financiamentos	cambial/Libor	2,50% a 4,5% a.a	07/08/2019	122.581	-	122.581	-
				789.040	276.386	1.080.433	519.122
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a	29/08/2017	-	-	417	567
FINEP	TJLP	3,5% a 5,25% a.a..	15/12/2023	26.929	41.826	79.788	93.833
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a 11,0% .a.a	20/04/2019	240.000	236.000	301.484	300.136
Incentivo fiscal - Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	24.364	24.866	81.443	79.163
	UMBNDDES/						
BNDES	TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	45.978	88.155	77.140	142.481
BNDES	Taxa Fixa	5,50% a 8,0% a.a.	16/10/2017	50.000	160.000	100.000	276.073
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a.a	01/08/2020	500.000	500.000	500.000	500.000
	CETIP/CDI-						
Leasing	OVER	-	31/10/2017	1.264	2.528	1.859	3.717
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	15/10/2020	-	-	163.220	206.081
Captação no mercado aberto	TJLP	7,9% a 11,0% a.a	15/10/2020	-	-	950	6.638
Moeda estrangeira:							
	Variação						
Financiamento	cambial +						
	Libor	3,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	248.487	241.473	406.336	387.334
	Variação						
Financiamento	Cambial	20,6% a.a	30/04/2018	-	-	653	4.758
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a 9,90% a.a	09/08/2019	-	-	13.778	19.031
	UMBNDDES /						
	Variação						
BNDES	Cambial	1,95% a 2,80 %a.a	15/01/2023	22.180	21.100	35.589	34.486
	Taxa fixa +						
	variação						
Financiamentos	cambial/Libor	2,50% a 4,5% a.a	07/08/2019	251.453	-	251.453	-
				1.410.655	1.315.948	2.014.110	2.054.298
Total de empréstimos sujeitos a juros				2.199.695	1.592.334	3.094.543	2.573.420

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 692.766 (R\$ 637.579 em 31 de dezembro de 2014), não há hipotecas (R\$ 17.151 em 31 de dezembro de 2014), notas promissórias e carta fiança no valor de R\$ 1.928 (R\$ 317.329 em 31 de dezembro de 2014).

Os contratos de financiamentos com o International Finance Corporation (IFC) que totalizam R\$ 32.493 na controladora, contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2015 o contrato apresentou um desenquadramento do índice de endividamento líquido com relação ao EBITDA e também da cobertura de dívida. Sobre este assunto, a Companhia tem tomado providências, no sentido de restabelecimento dos indicadores de performance pactuados.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos no valor de R\$ 540.194 que prevêem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Abaixo a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado Industrial) de no máximo 3 vezes;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado) de no máximo 2,5 vezes;

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado Industrial) foi de 8,5 vezes o EBITDA dos últimos doze meses, e o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado) foi de 8,4 vezes o EBITDA dos últimos doze meses, portanto acima do definido pelo *covenant*. Considerando que a cláusula contratual se refere aos índices calculados sobre as demonstrações financeiras anuais, a Companhia obteve declaração (*waiver*) das instituições financeiras indicando que não exigirá nenhuma das compensações previstas em contrato em decorrência do não cumprimento destes índices. Todos os casos de descumprimento dos acordos contratuais foram repactuados antes do encerramento do exercício, conforme tratado no item 19 CPC 40 (R1) IFRS7. Independentemente da anuência por parte da Instituição, a Companhia tem tomado providências, no sentido de restabelecimento dos indicadores de performance pactuados.

Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pela controlada Banco Randon S.A., com o BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 5,9% a 9,0% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações tem taxa fixa que varia de 0% a 8,3% a.a..

Debêntures

As debêntures referem-se a captações efetuadas em 22 de janeiro e 26 de agosto de 2013, nos montantes totais de R\$ 300.000 e R\$ 200.000, respectivamente, sendo que ambas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sob regime firme de subscrição, com vencimento em 01 de agosto de 2020.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros de 3% a.a. Na parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 674 (R\$ 728, em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$ 3.437 (R\$ 3.403, em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento à instituição financeira no prazo pactuado entre as partes.

A partir de março de 2014, essas operações são realizadas diretamente pelo Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados a inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

18 Capital social e reservas

Ações autorizadas

	31/12/2015	31/12/2014
Ações ordinárias	200.000	200.000
Ações preferenciais	400.000	400.000
	<hr/> 600.000	<hr/> 600.000

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	Ordinárias		Preferenciais	
	Em milhares	R\$	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014	102.360	403.084	202.372	796.916

Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014	3.445	(22.071)

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Reserva de capital

Representa o ágio pago na aquisição das quotas do capital social da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. e o efeito de alteração de percentual de controle sobre sua controlada Fras-le S.A., ocorridos no ano de 2013.

Outros resultados abrangentes e Ajustes de Avaliação Patrimonial

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	Ajuste de avaliação patrimonial					
	Reserva de reavaliação	Custo atribuído ao imobilizado	Variação cambial de investimentos no exterior	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.387	105.287	(1.369)	(40.014)	1.400	70.691
Adições (baixas) no período	(47)	(4.369)	5.080	(133.399)	(1.306)	(134.041)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.340	100.918	3.711	(173.413)	94	(63.350)

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, para fins de integralização do capital social nas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., em 29 de setembro de 2006, e Castertech Tecnologia e Fundição Ltda, em 1º de setembro de 2006, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada.

A Companhia optou por manter os saldos de reservas de reavaliação, e sua respectiva realização através da depreciação dos bens reavaliados, conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.152/2009.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de *hedge* de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

19 Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro/prejuízo líquido do exercício	(8.273)	(16.355)	67.857	134.099
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	102.360	202.372	102.360	202.372
Lucro/prejuízo por ação - básico e diluído	(0,08)	(0,08)	0,66	0,66

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão das demonstrações financeiras.

21 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(2.842)	(2.903)	(57.258)	(48.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	32.045	(28.960)	62.592	(36.413)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	29.203	(31.863)	5.334	(84.843)
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Demonstração consolidada do resultado abrangente				
IRPJ e CSLL diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o período:				
Resultado abrangente	(633)	20.841	(2.480)	20.841
	(633)	20.841	(2.480)	20.841

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está descrita a seguir:

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro/prejuízo contábil antes dos impostos sobre o lucro	(53.831)	233.819	(6.085)	331.128
À alíquota fiscal combinada de 34%	(18.303)	79.498	(974)	113.204
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	1.309	886	2.958	2.020
Juros sobre capital próprio	3.784	-	-	-
Exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(13.543)	(30.647)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	(15.125)	(3.497)	(22.124)
Incentivo à tecnologia	-	-	(1.634)	(2.135)
Deduções	(633)	-	(6.300)	(1.207)
Outros itens	(1.817)	(2.749)	4.113	(6.915)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(29.203)	31.863	(5.334)	82.843
Alíquota efetiva	54,24%	13,63%	87,65%	25,02%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais a compensar	58.526	7.909	62.769	9.704
Provisão para comissões e fretes	1.460	5.573	(4.113)	724
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.769	5.580	189	567
Provisão para garantias	4.045	4.265	(220)	(2.123)
Provisão para mercadoria a entregar	719	283	436	22
Provisão para perdas de estoques	2.859	2.792	68	1.250
Operações de derivativos	-	(5.657)	-	(5.730)
Provisão participação nos resultados	880	4.846	(3.965)	(3.578)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(329)	(208)	232	605
Provisão para litígios	2.557	1.469	1.088	(744)
Provisão desvinculo de funcionários	2.571	1.473	1.099	301
Provisões diversas e outros	3.740	1.779	1.607	(914)
Ágio na aquisição de participação em controlada	66.216	88.285	(22.072)	(22.075)
Randonprev avaliação atuarial	(848)	(106)	(1.374)	661
Depreciação acelerada incentivada	(927)	(2.455)	1.528	1.411
Valor justo ativo imobilizado	(34.756)	(35.990)	1.235	5.634
Depreciação vida útil/fiscal	(28.214)	(21.457)	(6.496)	(14.709)
Reavaliação a realizar	(2.991)	(3.026)	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			32.045	(28.960)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	81.277	55.355		

Consolidado

	Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais a compensar	131.785	57.986	88.362	11.495
Provisão para comissões e fretes	4.363	9.135	(4.467)	807
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	14.759	9.761	4.996	1.300
Provisão para garantias	5.520	5.474	49	(2.162)
Provisão para mercadoria a entregar	763	446	316	147
Provisão para perdas de estoques	4.847	4.922	(62)	1.755
Operações de derivativos	(246)	(8.821)	1.235	(8.557)
Provisão participação nos resultados	4.201	8.838	(4.638)	(4.307)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	33	140	1.306	714
Provisão para litígios	3.560	2.136	1.553	(1.853)
Provisão desvinculo de funcionários	3.918	2.769	1.150	634
Ágio na aquisição de participação em controlada	66.216	88.285	(22.072)	(22.075)
Provisões diversas e outros	13.221	7.464	3.693	26.661
Randonprev avaliação atuarial	(1.560)	(390)	(1.990)	1.089
Depreciação acelerada incentivada	(2.225)	(12.924)	1.708	(6.957)
Valor justo ativo imobilizado	(66.569)	(67.238)	3.866	(12.946)
Depreciação vida útil/fiscal	(55.688)	(37.177)	(12.447)	(22.192)
Reavaliação a realizar	(2.991)	(3.026)	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			62.592	(36.413)
Ativo fiscal diferido	155.103	67.780		
Passivo fiscal diferido	(31.196)	-		
Ativo/Passivo fiscal diferido	123.907	67.780		

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 285.170 (R\$ 98.902 em 31 de dezembro de 2014), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros da empresa em que foi gerado, sem prazo de prescrição. O registro e a manutenção do imposto e da contribuição social diferidos ativos estão suportados por estudo elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantam a realização dos créditos de impostos dentro de um período estimado de dez anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

22 Direitos e obrigações por recursos de consorciados

Referem-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferidos para a Administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, esses recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo dessa operação era de R\$ 61.169 (R\$ 60.785 em 31 de dezembro de 2014).

23 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas	2.088.976	2.855.470	3.879.974	4.773.490
Devolução de vendas	(18.519)	(27.984)	(29.246)	(24.920)
Ajuste a valor presente	(27.366)	(26.980)	(49.603)	(47.687)
Impostos sobre a venda	(380.340)	(526.472)	(701.724)	(922.130)
Receita operacional líquida	1.662.751	2.274.034	3.099.401	3.778.753

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(1.463.561)	(1.829.072)	(2.458.474)	(2.835.746)
Despesas com vendas	(155.387)	(159.549)	(348.115)	(343.789)
Despesas administrativas e gerais	(91.228)	(86.289)	(204.820)	(186.880)
Honorários da administração	(7.147)	(6.561)	(14.931)	(13.486)
Outras despesas operacionais	(24.262)	(44.351)	(69.607)	(78.804)
	(1.741.585)	(2.125.822)	(3.095.947)	(3.458.705)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(58.916)	(57.739)	(124.648)	(121.051)
Despesas com pessoal	(275.081)	(318.312)	(634.998)	(687.866)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(1.129.018)	(1.472.110)	(1.618.164)	(1.971.991)
Fretes	(70.084)	(63.477)	(109.821)	(108.192)
Energia elétrica	(11.649)	(11.210)	(43.030)	(40.928)
Comissões	(19.013)	(33.520)	(71.323)	(93.477)
Conservação e manutenção	(27.467)	(30.984)	(69.557)	(70.215)
Despesas com TI	(9.828)	(11.190)	(17.886)	(17.944)
Assistência técnica	(13.838)	(7.938)	(20.266)	(11.402)
Aluguéis	(19.168)	(17.606)	(36.564)	(33.568)
Outras despesas	(107.523)	(101.736)	(349.690)	(302.071)
	(1.741.585)	(2.125.822)	(3.095.947)	(3.458.705)

25 Despesas com funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ordenados e salários	225.425	252.394	506.772	549.881
Custos de previdência social	11.141	11.196	29.985	28.512
Custos relacionados à aposentadoria	2.415	2.592	4.555	4.736
	238.981	266.182	541.312	583.129

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros reconhecido pela Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 21.739 (R\$ 38.219 em 31 de dezembro de 2014).

26 Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa nas demonstrações do resultado, nas rubricas de despesas com vendas e de despesas gerais e administrativas, durante o período, totalizam R\$ 10.320 (R\$ 12.055 em 31 de dezembro de 2014), na controladora e R\$ 18.663 (R\$ 22.537 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Variação cambial	56.410	43.510	164.911	83.673
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	143.866	78.171	193.356	126.233
Receitas de operações de <i>swap</i>	-	-	5.123	1.794
Ganhos com outras operações de derivativos	-	-	3.814	2.362
Ajuste a valor presente	26.856	27.185	42.308	46.927
Outras receitas financeiras	9.075	10.660	13.322	16.773
	236.207	159.526	422.834	277.762
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(54.617)	(34.193)	(151.083)	(72.028)
Juros sobre financiamentos	(181.274)	(130.964)	(228.160)	(177.023)
Despesas de operações de <i>swap</i>	-	-	(1.647)	(1.533)
Perdas com outras operações de derivativos	-	-	(7.056)	(1.267)
Despesas de contratos de mútuos	(1.664)	(1.178)	(1.783)	(1.340)
Ajuste a valor presente	(8.954)	(9.402)	(9.057)	(17.361)
Juros de mora	(209)	(9.474)	(2.056)	(11.131)
Descontos concedidos	(604)	(450)	(9.020)	(4.376)
Custos bancários	(855)	(716)	(9.042)	(6.145)
Outras despesas financeiras	(18.018)	(10.952)	(47.245)	(23.842)
	(266.195)	(197.329)	(466.149)	(316.046)
Resultado financeiro	(29.988)	(37.803)	(43.315)	(38.284)

28 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas prefixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia e suas controladas estão descritos a seguir:

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

Controladora

			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	874.557	850.079	874.557	850.079
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - circulante	7	(2)	268.898	36.736	268.889	36.731
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - não circulante	7	(2)	84.557	91.744	84.554	91.744
Clientes	8	(2)	298.311	234.558	298.311	234.558
Consórcio para revenda		(2)	20.234	10.101	20.234	10.101
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	17	(2)	(1.433.789)	(1.262.369)	(1.434.287)	(1.262.871)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	17	(2)	(765.906)	(329.965)	(766.279)	(330.209)
Total			(653.138)	(369.116)	(654.021)	(369.867)

Consolidado

			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	1.328.404	1.358.090	1.328.404	1.358.090
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	(2)	403.773	156.692	403.757	156.465
Clientes	8	(2)	805.566	618.132	805.566	618.132
Consórcio para revenda		(2)	47.966	35.461	47.966	35.461
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros Derivativos	28	(2)	5.527	969	5.527	969
Passivos						
Passivo pelo custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	17	(2)	(2.064.851)	(1.989.544)	(2.065.279)	(1.990.176)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	17	(2)	(1.029.692)	(583.876)	(1.031.461)	(584.240)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2)	(429)	(144)	(429)	(144)
Total			(503.736)	(404.220)	(505.949)	(405.443)

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2015.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2015, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Controladora

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	173.641	130.231	86.820
Depreciação da taxa em				
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		14,1 %	10,6 %	7,1%
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e financiamentos	R\$	210.060	252.886	296.475
Apreciação da taxa em				
Referência para passivos financeiros		Provável	Possível	Remoto
TJLP		7%	8,8%	10,5%
URTJLP		4,1%	5,1%	6,1%
CDI		14,1%	17,7%	21,2%
IPCA		10,7%	13,3%	16%
LIBOR semestral		0,8%	1,1%	1,3%
Variação cambial		3,97	4,97	5,96
BADLAR		27,2%	34,1%	40,9%

Consolidado

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	244.930	183.697	122.465
Depreciação da taxa em				
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		14,1 %	10,6 %	7,1 %
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e Financiamentos	R\$	248.677	300.868	355.039
Apreciação da taxa em			25,00%	50,00%
Referência para passivos financeiros		Provável	Possível	Remoto
TJLP		7,5%	8,8%	10,5%
URTJ		1,98	2,48	2,97
CDI		14,1%	17,7%	21,2%
IPCA		10,7%	13,3%	16%
LIBOR semestral		0,8%	1,1%	1,3%
Variação cambial		3,90	4,88	5,86
BADLAR		27,2%	34,1%	40,9%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38) (R1) e regulamento interno, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A partir de janeiro de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o Dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentou variação positiva de 47,01% (13,38% positiva em 31 de dezembro de 2014). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*:

Controladora						
Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor Contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,3426	81.818	132.966	319.483
Santander	FRN	3,4615	3,4615	45.833	20.317	178.970
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	11.000	3.792	40.268
Banco Votorantin	FRN	4,0170	4,0170	19.000	(2.131)	74.191
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	20.000	3.237	78.096
Total				177.651	158.181	691.008
Consolidado						
Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor Contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,3426	81.818	132.966	319.483
Santander	FRN	3,4615	3,4615	45.833	20.317	178.970
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	11.000	3.792	40.268
Banco Votorantin	FRN	4,0170	4,0170	19.000	(2.131)	74.191
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	20.000	3.236	78.096
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	19.091	29.823	74.546
Total				196.742	188.003	765.554

(*) Valor diferido no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de *hedge accounting*:

Controladora

Ano de referência	Valor designado financiamento USD	Ano de referência	Vendas em USD designadas
2016	48.931	2016	48.931
2017	48.932	2017	48.932
2018	44.766	2018	44.766
2019	25.246	2019	25.246
2020	9.090	2020	9.090
Total	176.965	Total	176.965

Consolidado

Ano de referência	Valor designado financiamento USD	Ano de referência	Vendas em USD designadas
2016	54.385	2016	54.385
2017	54.386	2017	54.386
2018	50.221	2018	50.221
2019	27.974	2019	27.974
2020	9.090	2020	9.090
Total	196.056	Total	196.056

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	26.114	42.998	50.456	84.729
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	196.145	124.224	263.699	219.816
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	916	311
D. Exportações futuras designadas para Hedge Accounting	176.965	100.000	196.056	124.545
E. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	6.934	18.774	(16.271)	(10.231)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Operação	Risco	Controladora		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,90	4,88	5,86
Déficit apurado		27.072	33.840	40.608
Taxa	Baixa do US\$	3,90	2,93	1,95
Déficit apurado		27.072	20.304	13.536

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,90	4,88	5,86
Déficit apurado		(63.539)	(79.424)	(95.308)
Taxa	Baixa do US\$	3,90	2,93	1,95
Déficit apurado		(63.539)	(47.654)	(31.769)

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

Controladora

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	17	2.199.695	1.592.334
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(874.557)	(850.079)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(353.455)	(36.736)
Dívida líquida		971.683	705.519
Patrimônio líquido		1.277.333	1.431.585
Patrimônio e dívida líquida		2.249.016	2.137.104
Quociente de alavancagem		43,2%	33,0%

Consolidado

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	17	3.094.543	2.537.420
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(1.328.404)	(1.358.090)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(403.773)	(156.692)
Dívida líquida		1.362.366	1.022.638
Patrimônio líquido		1.277.333	1.431.585
Patrimônio e dívida líquida		2.639.699	2.454.223
Quociente de alavancagem		51,6%	41,6%

Garantias

A Companhia não possui ativos financeiros dados em garantia, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contava com aproximadamente 7 clientes (6 clientes em 31 de dezembro de 2014) que deviam à Companhia mais de R\$ 10.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 41% (49% em 31 de dezembro de 2014) de todos os recebíveis de clientes. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 8.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em, 31 de dezembro de 2015, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	356.108	544.482	1.720.769	15.139	2.636.498	2.199.695
Fornecedores	76.414	1.148	116	-	77.678	77.678
	<u>432.522</u>	<u>545.630</u>	<u>1.720.885</u>	<u>15.139</u>	<u>2.714.176</u>	<u>2.277.373</u>

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	452.265	775.888	2.341.860	62.655	3.632.668	3.094.543
Fornecedores	126.970	7.962	89	-	135.021	135.021
Instrumentos financeiros derivativos	429	-	-	-	429	429
	<u>579.664</u>	<u>783.850</u>	<u>2.341.949</u>	<u>62.655</u>	<u>3.768.118</u>	<u>3.229.993</u>

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com *Non Deliverable Forward* (NDFs) visando à proteção (*hedge*) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando à proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. Nesta modalidade de operação, a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido dessas operações é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

A partir de 2010, algumas operações de NDFs foram documentadas para fins de registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38, aprovado pela Deliberação CVM nº 604/09. Nesta modalidade de operação, a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos não realizados destes instrumentos contratados.

A operação de *swap* cambial refere-se à operação de troca de indexadores, sobre um valor *notional*, e a Companhia na ponta ativa recebe a variação cambial entre um período de início de contrato até o vencimento, pagando na ponta passiva a variação da CDI descontado de deságio prefixado para cada vencimento.

Apresentamos, no quadro abaixo, as posições da Companhia e suas controladas, verificadas em 31 de dezembro de 2015, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Consolidado

Descrição / Contraparte	Valor de referência				Valor Justo (crédito) / débito		Valor de custo (crédito) / Débito		Efeito acumulado em 2015 (crédito) / débito		Efeito acumulado em 2014 (crédito) / débito	
	Notional - em milhares de US\$		Notional - em milhares de R\$						Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014				
NDF	1.000	1.000	3.572	2.693	(429)	(144)	(429)	(144)	36	(5.301)	940	(66)
SWAP	2.515	3.817	5.860	8.894	4.007	969	4.453	969	5.123	(1.647)	1.128	(1.391)
Total	3.515	4.817	9.432	11.587	3.578	825	4.024	825	5.159	(6.948)	2.068	(1.457)

No quadro abaixo, demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Consolidado

	Valor de referência (Notional)			Valor justo		
Descrição	Moeda	31/12/2015	31/12/2014	Moeda	31/12/2015	31/12/2014
NDF - <i>hedge accounting</i>						
Banco Brasil	USD	-	500	R\$	-	(71)
Banco Santander	USD	1.000	-	R\$	(429)	-
Banco ABC	USD	-	500	R\$	-	(73)
Swap						
Banco Itaú BBA	USD	2.515	3.817	R\$	4.007	969
Total	USD	3.515	4.817	R\$	3.578	825

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares:

Consolidado

	31/12/2015				31/12/2014	
Descrição	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF - USD	500	500			1.000	1.000
Swap - USD	102	612	510	1.290	2.515	3.817
Total	602	1.112	510	1.290	3.515	4.817

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganhos e perdas registradas no resultado					
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido*	
Descrição	Moeda	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Operações de Proteção Cambial							
Contratos NDF (Non Deliverable Forwards)	R\$	(5.209)	(2.767)	(4.193)	(951)	4.843	135
Swap	R\$	-	-	3.476	261	-	-
Total	R\$	(5.209)	(2.767)	(717)	(690)	4.843	135

(*) Valor sem os efeitos dos impostos.

Espera-se que os valores incluídos em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2015 afetem a demonstração do resultado com uma perda de R\$ 4.843 em 2015.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
NDF - Venda	Alta do USD	(429)	(1.444)	(2.447)
SWAP	Baixa do USD	4.007	(2.506)	(5.012)

29 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas às empresas:

		Controladora		Consolidado	
	Tipo de garantia	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Master Sistemas					
Automotivos Ltda.	Avais	100.497	94.330	100.497	94.330
Fras-le S.A.	Avais e fianças	271.495	243.520	271.495	243.520
Randon Argentina S.A.	Fianças	17.777	55.408	17.777	55.408
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	Avais e Fianças	47.865	49.457	47.865	49.457
Freios Controil Ltda.	Avais	3.958	-	3.958	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Fianças	2.170	-	2.170	-
Banco Randon S.A.	Avais	126.197	128.380	126.197	128.380
Total		569.959	571.095	569.959	571.095

Além dos avais e fianças concedidas para as empresas citadas acima, a Companhia concede avais e fianças para terceiros no montante de R\$ 106.208 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 175.719 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia não possui outros compromissos de longo prazo.

30 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

Os segmentos de negócios apresentados foram apurados na consolidação das informações das seguintes empresas Randon:

- **Segmento de veículos e implementos:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Randon Argentina S.A., e Randon Automotive Ltda., sendo os principais produtos incluídos neste segmento os seguintes: reboques, semireboques, vagões ferroviários, caminhões fora-de-estrada, retroescavadeiras e outros implementos rodoviários e veículos especiais.
- **Segmento de autopeças:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações-divisão autopeças; Fras-le S.A., Master Sistemas Automotivos Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e Castertech Fundação e Tecnologia Ltda., sendo os principais produtos deste segmento os seguintes: materiais de fricção, vigas de eixos, componentes de suspensão, freios a ar e sistemas de acoplamento e articulações para caminhões.
- **Segmento de serviços:** refere-se ao resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 das empresas Randon Administradora de Consórcios Ltda., decorrente de operações de administração de grupos de consórcios para aquisição de bens duráveis, e Randon Investimentos Ltda., que se caracteriza como holding financeira, cujo objetivo é deter participação societária no Banco Randon S.A.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos das empresas (incluindo receitas e despesas de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida para terceiros	1.549.483	1.912.565	1.419.295	1.739.009	130.624	127.179	-	-	3.099.402	3.778.753
Receita líquida intersegmentos (a)	101.456	232.736	206.007	325.152	12.609	-	(320.072)	(557.888)	-	-
Receita líquida	1.650.939	2.145.301	1.625.302	2.064.161	143.233	127.179	(320.072)	(557.888)	3.099.402	3.778.753
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.424.170)	(1.721.080)	(1.314.035)	(1.643.614)	(19.159)	(15.210)	298.889	544.158	(2.458.475)	(2.835.746)
Lucro bruto	226.769	424.221	311.267	420.547	124.074	111.969	(21.183)	(13.730)	640.927	943.007
Despesas operacionais	(229.464)	(163.492)	(266.197)	(250.622)	(93.769)	(83.298)	(14.267)	(76.183)	(603.697)	(573.595)
Resultado financeiro líquido	(35.956)	(42.696)	6.894	6.021	4.062	3.241	(18.315)	(4.850)	(43.315)	(38.284)
Lucro/prejuízo do segmento (antes dos impostos sobre o lucro) (b)	(38.651)	218.033	51.964	175.946	34.367	31.912	(53.765)	(94.763)	(6.085)	331.128
Ativos operacionais (c)	2.019.356	1.762.770	827.294	877.929	480.455	306.878	(23.088)	(21.644)	3.304.017	2.925.933
Passivos operacionais (d)	2.376.874	1.847.892	717.677	740.301	371.219	422.014	(107.968)	(110.746)	3.357.802	2.899.461
Ativo não circulante (e)	890.396	866.911	651.246	635.454	1.579	1.962	(741)	(742)	1.542.480	1.503.585

(a) Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.

(b) O lucro referente a cada segmento operacional.

(c) Os ativos dos segmentos não incluem, direitos por recursos de consórcios (R\$ 61.169), cotas de consórcio (R\$ 47.966), depósitos judiciais (R\$ 12.757), impostos diferidos (R\$ 123.907) e outras contas (R\$ 44.845).

(d) Os passivos dos segmentos não incluem Juros sobre capital próprio (R\$ 6.497), dividendos (R\$ 1.493), participação dos empregados e dos administradores (R\$ 13.609), obrigações por recursos de consorciados (R\$ 61.175), provisão para litígio (R\$ 15.984) e outras contas (R\$ 108.443).

(e) Ativo não circulante é composto por ativo imobilizado e ativo intangível.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Região:										
Mercado nacional	1.352.737	1.900.441	1.292.152	1.786.245	143.233	127.179	(289.581)	(539.650)	2.498.541	3.274.215
Mercosul e Chile	218.392	147.765	95.630	65.522	-	-	(30.491)	(18.237)	283.531	195.050
Nafta	74	3.215	166.056	136.839	-	-	-	-	166.130	140.054
Europa	1.453	10.490	11.191	10.180	-	-	-	-	12.644	20.670
África	55.912	62.759	10.307	9.349	-	-	-	-	66.219	72.108
América Central e outros países da América do Sul	22.062	14.895	25.488	25.288	-	-	-	-	47.550	40.183
Oriente Médio	269	5.734	16.742	22.355	-	-	-	-	17.011	28.089
Ásia	-	2	4.285	4.817	-	-	-	-	4.285	4.819
Oceania	-	-	3.451	3.552	-	-	-	-	3.451	3.552
Outros	40	-	-	13	-	-	-	-	40	13
Total	1.650.939	2.145.301	1.625.302	2.064.160	143.233	127.179	(320.072)	(557.887)	3.099.402	3.778.753

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita líquida referente à um dos clientes totalizou R\$ 410.211 (R\$ 230.053 em 31 de dezembro de 2014), resultante de vendas feitas pelo segmento de veículos e implementos.

31 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas de seguros são:

		Consolidado	
		Total dos limites de indenização	
	Risco coberto	31/12/2015	31/12/2014
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	466.485	422.919
Veículos	Casco	9.703	11.137
Aeronaves	Responsabilidade civil e casco	40.930	31.379
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	83.185	13.713
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	47.527	26.096
Acidentes pessoais	Danos pessoais	53.195	53.613
		701.025	558.857